

Coordenação: Ação Educativa e Cenpec
Parceria: Articulação em Defesa do Direito à
Educação e contra a Censura nas Escolas
Cofinanciamento: Fundo Malala (projeto Gênero
e Coordenação: Ação Educativa e Cenpec
Realização: Plano CDE, Cesop/Unicamp e
Instituto DataFolha

Agosto de 2022

Relatório técnico

Pesquisa Educação, Valores e Direitos



Introdução

A pesquisa de opinião “Educação, Valores e Direitos” é uma iniciativa conjunta das organizações de defesa do direito à educação Ação Educativa e Cenpec, realizada em sua etapa quantitativa pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pelo Instituto Datafolha. Também foi realizada previamente uma pesquisa qualitativa, por meio de investigação etnográfica em tríades (mini-grupos focais), conduzida pela Agência Plano CDE, cujos resultados, embora tenham contribuído enormemente na elaboração da pesquisa quantitativa, não serão descritos neste relatório. Parte desses resultados do estudo quali consta na apresentação da pesquisa - em formato de slides - disponível nos sites Gênero e Educação/Ação Educativa (www.generoeeducacao.org.br) e do Cenpec (www.cenpec.org.br).

A pesquisa foi produzida no âmbito de uma articulação da sociedade civil, coordenada pela Ação Educativa, que vem atuando há anos no enfrentamento do fenômeno da censura, perseguições e autocensura nas escolas, promovidas por movimentos ultraconservadores. A Articulação em Defesa do Direito à Educação e contra a Censura nas Escolas tem atuado no âmbito do sistema de justiça e do Congresso Nacional, além de ações de comunicação, formação e de produção de materiais como o Manual de Defesa das Escolas contra a Censura (www.manualdedefesadasescolas.org.br).

Os grupos ultraconservadores são orientados à manipulação e disseminação de informações falsas e preconceituosas – principalmente em períodos eleitorais – estimulando o pânico moral, em especial, com relação às agendas de igualdade de gênero, sexualidade e raça, atacando a democracia e os princípios básicos de uma educação crítica e dialógica.

Essa ofensiva ultraconservadora tem se dado em um contexto de sufocamento do financiamento educacional, ampliando as possibilidades para a expansão da privatização da educação e a sobrecarga das mulheres, de esvaziamento do Plano Nacional de Educação (PNE) e do desmonte institucional das políticas e órgãos educacionais, sobretudo daqueles que tratam do enfrentamento das desigualdades.

Cabe destacar que o fenômeno ultraconservador é dinâmico, sendo capaz de se apresentar em diferentes roupagens e discursos. O movimento Escola sem Partido surgiu em 2004, contra o que acusavam como “doutrinação política” por professores. Apenas anos depois, em 2011, o combate à abordagem da igualdade de gênero passou a fazer parte de sua atuação - mobilizando, além da intimidação direta de docentes, a proposição de projetos de lei. Essa via da institucionalização na legislação, porém, esbarra na patente inconstitucionalidade de suas propostas. Leis aprovadas em seus moldes foram definitivamente invalidadas por decisões históricas do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2020, antes já se encontrando suspensas por decisões liminares. Mesmo sem esse respaldo, o impacto do movimento foi devastador para a educação, levando à perseguição de profissionais da educação, ao exacerbamento de conflitos nas comunidades escolares e fomentando a desconfiança, o medo e a autocensura.

Porém, o fenômeno ultraconservador não se restringe ao Escola sem Partido e a grupos fundamentalistas religiosos. Nos últimos anos e principalmente com a eleição à presidência de Jair Bolsonaro, o fenômeno ganhou amplitude e se diversificou, tendo como uma de suas principais frentes a militarização de escolas, proposta que já vinha sendo implementada por alguns estados de forma limitada desde os anos 1990.

Sob a justificativa da segurança e da disciplina, a gestão de escolas por militares tem servido à imposição de padrões de aparência, da educação para a obediência a uma ordem desigual e de

comportamentos que cerceiam especialmente estudantes negras/os, LGBTQIA+ e garotas que questionam as culturas tradicionais de gênero, além de fragilizar ainda mais a função docente. Também ganhou impulso recentemente a tentativa de aprovação da educação domiciliar num viés fundamentalista, por famílias que desejam impedir a convivência de crianças e adolescentes com a pluralidade da sociedade brasileira.

Uma das hipóteses que orientou esta pesquisa é que a adesão da população a essas pautas é contraditória, complexa e não se dá uniformemente, ou seja, que as pessoas podem aderir a alguns aspectos do fenômeno ultraconservador sem, entretanto, endossar outros. Assim, a pesquisa surge do interesse de entender como essas agendas são percebidas pela população brasileira: qual a compreensão sobre essas agendas e o sentido que elas têm adquirido? Qual o nível de adesão? Quais as brechas e o espaço para o questionamento e enfrentamento dessas agendas anti-direitos na sociedade?

O processo de elaboração da pesquisa envolveu organizações, redes e pesquisadores, que participaram desde a definição das diretrizes e do compartilhamento de aprendizados com outras experiências com pesquisas de opinião - como a importante pesquisa de opinião liderada pelas Católicas pelo Direito de Decidir - até a elaboração dos instrumentos de pesquisa e das estratégias de divulgação e incidência política a partir dos resultados.

A pesquisa quantitativa foi realizada em março de 2022 em todo o país e traz a opinião dos brasileiros sobre assuntos como gênero e sexualidade, política e direitos, e questões raciais nas escolas. Neste relatório apresentamos, por meio de estatística descritiva, os principais achados da pesquisa.

O relatório está estruturado da seguinte forma:

1) Quem somos - Página 04

2) Nota metodológica sobre a pesquisa e sobre como utilizar os dados - Página 05

3) Educação domiciliar e educação inclusiva - Página 06

4) Militarização e prioridades para a melhoria da educação - Página 09

5) Relações raciais e respeito às crenças religiosas nas escolas - Página 13

6) Igualdade de gênero e educação sexual - Página 16

7) Política e direitos na escola - Página 23

1) Quem Somos

Sobre a Ação Educativa

Criada em 1994, é uma organização de direitos humanos, sem fins lucrativos, com uma trajetória dedicada à luta por direitos educativos, culturais e da juventude. Desde a sua fundação, integra um campo político de organizações e movimentos que atuam pela ampliação da democracia com justiça social e sustentabilidade socioambiental, pelo fortalecimento do Estado democrático de direito e pela construção de políticas públicas que superem as profundas desigualdades brasileiras, bem como pela garantia dos direitos humanos para todas as pessoas. Desde 2018, a linha de ação Gênero e Educação da Ação Educativa é apoiada pelo Fundo Malala (www.generoeeducacao.org.br). A organização coordena a Articulação em Defesa do Direito à Educação e contra a Censura nas Escolas, entre outras redes

Sobre o Cenpec

O Cenpec é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que há mais de 30 anos trabalha pela promoção da equidade e qualidade na educação básica pública brasileira. Por meio da produção e disseminação de pesquisas e de tecnologias educacionais, contribui no desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, na formação de profissionais de educação, na ampliação e diversificação do letramento e no fortalecimento da gestão educacional e escolar. Em parceria com redes de ensino, espaços educativos e outras instituições de caráter público e privado, atua dentro e fora das escolas públicas para diminuir as desigualdades e garantir uma educação de qualidade a todos e todas.

Sobre o Cesop/Unicamp

O Cesop é um núcleo de pesquisa interdisciplinar estabelecido na Universidade Estadual de Campinas desde 1992, tendo como objetivo central o desenvolvimento da pesquisa científica no campo do comportamento político e social. Para isso, busca a consolidação de uma estrutura para organização, consulta e divulgação de dados de surveys, e a promoção de iniciativas combinadas de ensino, pesquisa e treinamento de recursos humanos. Como parte do trabalho de consultoria à Ação Educativa e ao Cenpec, o Cesop conduziu a relação técnica com o Instituto Datafolha, contratado para a realização da pesquisa de opinião pública.

2) Nota metodológica sobre a pesquisa e sobre como utilizar os dados

2.1) A pesquisa de campo

A pesquisa “Educação, Valores e Direitos” é uma pesquisa quantitativa, de tipo survey, realizada com questionário estruturado e abordagem pessoal em pontos de fluxo populacional.

O universo da pesquisa foi a população brasileira com 16 anos ou mais. As entrevistas foram realizadas, pelo Instituto Datafolha, entre os dias 08 e 15 de março de 2022, em todas as regiões do país. Foram entrevistadas 2090 pessoas em 130 municípios, incluindo regiões metropolitanas e cidades do interior.

A margem de erro total da pesquisa é de dois pontos percentuais (2 pp), considerando um nível de confiança de 95%. A amostra permite também a leitura pelas regiões Sudeste (margem de erro de 3pp), Nordeste (margem de erro de 4pp), Norte/Centro-Oeste (margem de erro de 5pp) e Sul (margem de erro de 6pp).

2.2) Sobre o instrumento de pesquisa

O questionário, de aplicação média de 20 minutos, contou com perguntas e baterias de questões sobre educação, valores e direitos e dados sociodemográficos dos respondentes. As perguntas foram formuladas a partir das seguintes bases de dados:

- a) banco de dados de surveys realizados no Brasil e no Exterior com perguntas envolvendo educação e valores;
- b) banco de dados de artigos acadêmicos publicados no Brasil e no Exterior sobre os temas de educação, políticas públicas e valores;
- c) pesquisa qualitativa de tipo “etnográfica em tríades” realizada pela Plano CDE sob a coordenação da Ação Educativa e do Cenpec.

A partir dos dados de surveys, bibliográficos e qualitativos, foram realizadas reuniões com especialistas vinculados à Articulação em Defesa do Direito à Educação e contra a Censura nas Escolas, com o objetivo de elaborar questões do instrumento de pesquisa.

A seleção final de perguntas buscou tratar do nível de conhecimento da população sobre algumas propostas de políticas públicas e sobre o grau de concordância com temas gerais e específicos na área de educação.

De forma a produzir uma pesquisa mais precisa do ponto de vista dos resultados, os temas foram abordados de duas maneiras: uma mais abstrata, para captar a percepção geral da pessoa entrevistada sobre o assunto; e outra mais concreta, para que a entrevistada respondesse a partir de elementos mais imediatos do seu dia-a-dia.

2.3) Como interpretar os resultados deste relatório

Para cada um dos itens elencados na Introdução, vamos apresentar elementos de contextualização da temática, os resultados gerais e descrever os cruzamentos com as seguintes variáveis: gênero (marcado pelo entrevistador), escolaridade, renda familiar, cor, idade, porte do município e religião.

Neste relatório, apresentamos as tabelas com as respostas para cada pergunta e descrevemos os cruzamentos que apresentaram proporções diferentes de respostas a partir do Intervalo de Confiança (IC) de 95%. Ou seja, quando as diferenças entre os subgrupos forem ressaltadas neste texto, há segurança estatística sobre elas. Em arquivo anexo, é possível ver as tabelas com os cruzamentos e todos os resultados.

Para facilitar a análise e a interpretação dos dados, excluimos, deste relatório, aqueles que não souberam responder às perguntas quando realizamos os cruzamentos. Em nenhuma das perguntas de interesse analisadas, a percentagem de entrevistados que não soube responder foi superior a 3,5%. Entre as variáveis de cruzamento, apenas a “renda familiar” contou com ausência de respostas (5,0%).

Na análise dos resultados por subgrupos com relação às perguntas de concordância sobre determinados temas, foram comparadas as respostas a partir de dois grupos: os que concordam, agregando os que responderam que concordam totalmente ou em parte, e os que discordam, reunindo os que discordam totalmente ou em parte. Aqui, foram excluídos da comparação não só os que não souberam responder como também os que não concordavam e nem discordavam (esses cruzamentos encontram-se disponíveis no arquivo anexo). As variáveis de cruzamento escolaridade, renda familiar, cor e religião tiveram suas respostas agregadas de maneira a melhorar a proporção dos grupos e reduzir as categorias de análise.

3) Educação domiciliar e educação inclusiva

A autorização e regulamentação da educação domiciliar (homeschooling) têm sido colocadas como prioridades do governo federal para a educação. Durante a divulgação da pesquisa, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 3.179/2012, que regulamenta a educação domiciliar e agora tramita no Senado. Para especialistas, a medida pode aprofundar ainda mais as desigualdades sociais e educacionais, ao desresponsabilizar o Estado pela garantia do direito à educação, ao mesmo tempo em que onera os cofres públicos com novas demandas de fiscalização e avaliação não previstas.

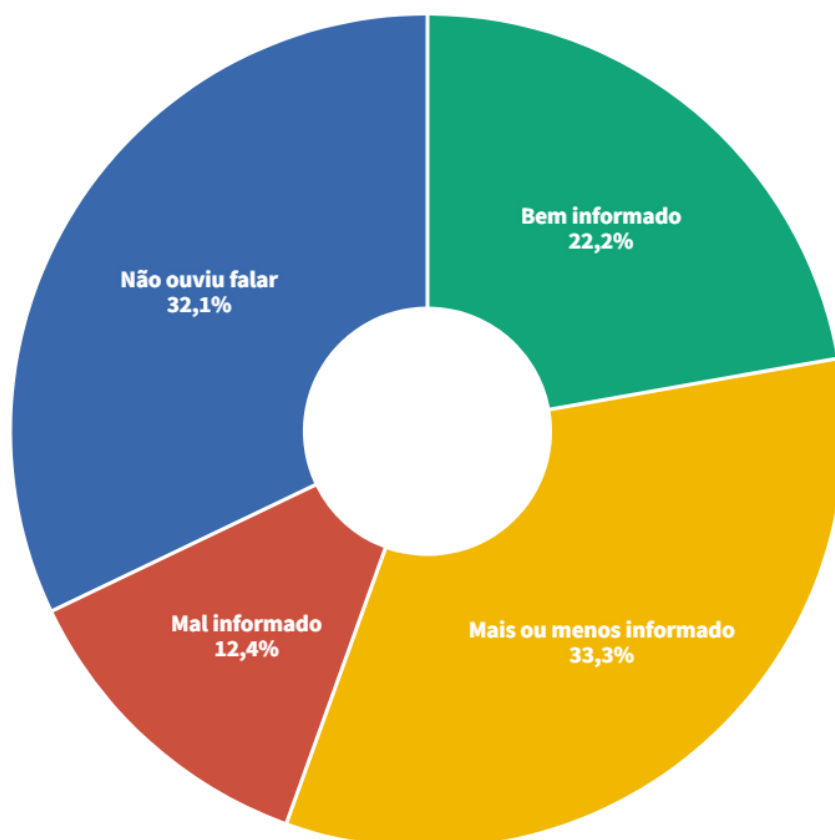
Os resultados apontam um grande apoio à visão da educação como um direito das crianças e adolescentes, independentemente do desejo dos pais. A pesquisa demonstra que a população brasileira entende que o espaço escolar é importante para a socialização das crianças e jovens, inclusive para a convivência com estudantes com deficiência. Todas as crianças e adolescentes têm o direito de acessar, permanecer e aprender na mesma sala, na mesma escola. Com base nesse entendimento, o STF, em 2020, confirmou, por 9 votos a 2, a suspensão do Decreto 10.502, retrocesso promovido pelo governo federal que institui a nova Política Nacional de Educação Especial. A pesquisa revela o apoio da população ao entendimento expresso na decisão da Suprema Corte.

A etapa qualitativa da pesquisa indica que essa percepção se fortaleceu durante a suspensão das aulas presenciais devido à pandemia de Covid-19.

» Saiba mais: [Manifesto Contra a Regulamentação da Educação Domiciliar e em Defesa do Investimento nas Escolas Públicas](#)

3.1) Educação domiciliar

Você já ouviu falar em ensino domiciliar, que é a prática dos pais ensinarem os filhos somente em casa no lugar de enviarem para a escola? Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre esse assunto?



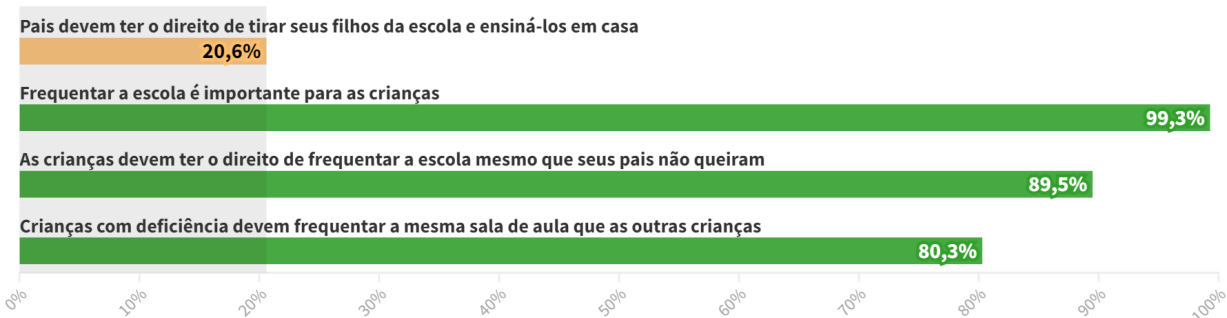
		Frequência	Porcentagem	válida	acumulativa
Válido	Bem informado	504	24,1	24,1	24,1
	Mais ou menos informado	739	35,4	35,4	59,5
	Mal informado	313	15,0	15,0	74,5
	Não ouviu falar	534	25,5	25,5	100,0
	Total	2090	100,0	100,0	

Os entrevistados demonstraram possuir, de uma maneira geral, razoável nível de conhecimento da prática de ensino domiciliar. Cerca de 60% dos respondentes declararam estar bem informados ou mais ou menos informados sobre o assunto. Pessoas que chegaram a cursar o ensino superior e com renda familiar acima de cinco salários mínimos apresentaram maior nível de conhecimento sobre o tema.

Escola é fundamental

Até quem apoia ensinar crianças em casa reconhece as instituições de ensino

Total



Pais devem ter o direito de tirar seus filhos da escola e ensiná-los em casa

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	175	8,4	8,4	8,4
	Concorda em parte	256	12,2	12,3	20,7
	Não concorda e nem discorda	17	,8	,8	21,5
	Discorda em parte	333	15,9	16,0	37,5
	Discorda totalmente	1299	62,1	62,5	100,0
	Total	2079	99,5	100,0	
Omisso	Não sabe	11	,5		
Total		2090	100,0		

As crianças devem ter o direito de frequentar a escola mesmo que seus pais não queiram

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1646	78,8	79,1	79,1
	Concorda em parte	224	10,7	10,8	89,9
	Não concorda e nem discorda	12	,6	,6	90,5
	Discorda em parte	69	3,3	3,3	93,8
	Discorda totalmente	129	6,2	6,2	100,0
	Total	2081	99,6	100,0	
Omisso	Não sabe	9	,4		
Total		2090	100,0		

P.5 Frequentar a escola é importante para as crianças

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1984	94,9	95,0	95,0
	Concorda em parte	93	4,4	4,4	99,5
	Não concorda e nem discorda	2	,1	,1	99,6
	Discorda em parte	6	,3	,3	99,8
	Discorda totalmente	3	,2	,2	100,0
	Total	2088	99,9	100,0	
Omisso	Não sabe	2	,1		
Total		2090	100,0		

A pesquisa encontrou que 21% dos brasileiros concordaram com a afirmação de que as mães e os pais devem ter o direito de retirar os filhos da escola e ensiná-los em casa. No entanto, 99% e 90%, respectivamente, afirmaram que frequentar a escola é importante para as crianças e que elas devem ter esse direito mesmo que seus pais não queiram.

Os cruzamentos das perguntas com os diferentes subgrupos mostraram que os mais jovens, os que chegaram a cursar o ensino superior e os com renda familiar acima de cinco salários mínimos concordaram, em maior proporção, com a afirmação de que os pais devem ter o direito de retirar as crianças da escola. Não houve variação com relação às outras afirmações.

3.2) Educação inclusiva

Crianças com deficiência devem frequentar a mesma sala de aula que as outras crianças

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1333	63,8	64,3	64,3
	Concorda em parte	345	16,5	16,7	81,0
	Não concorda e nem discorda	13	,6	,6	81,6
	Discorda em parte	146	7,0	7,0	88,6
	Discorda totalmente	236	11,3	11,4	100,0
	Total	2072	99,1	100,0	
Omisso	Não sabe	18	,9		
Total		2090	100,0		

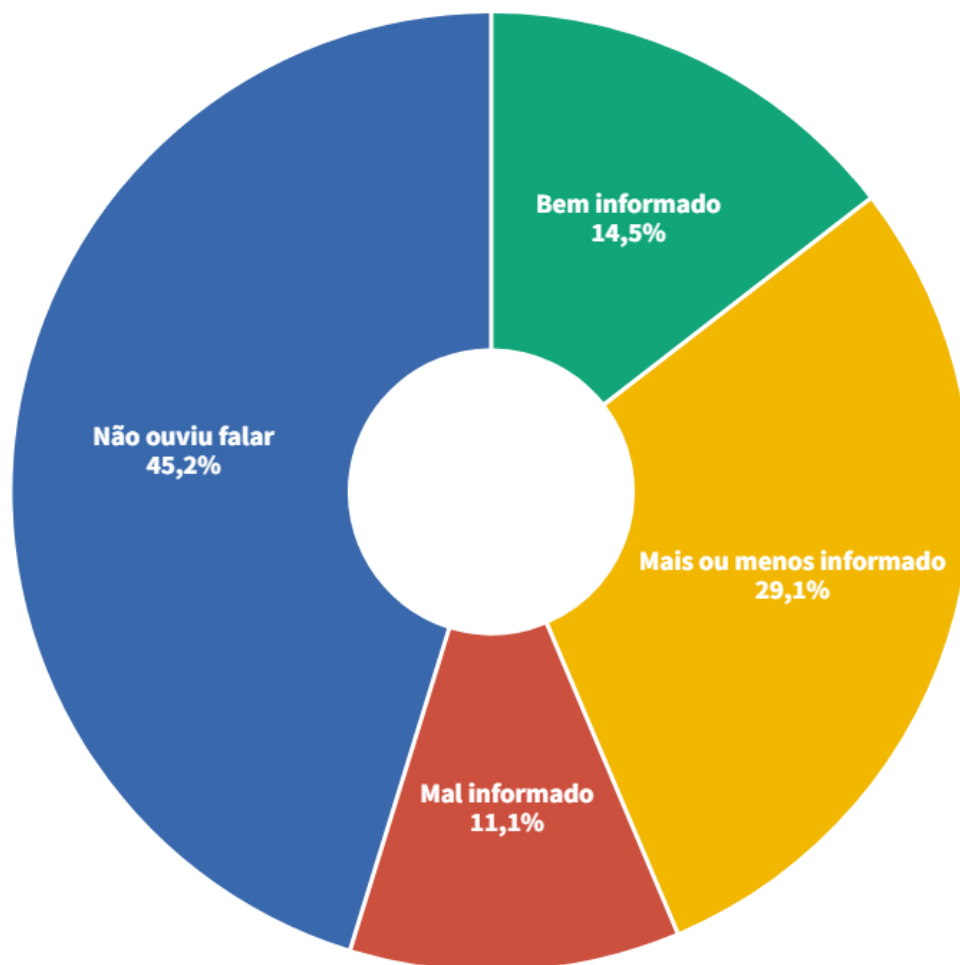
Segundo o levantamento, 80% dos brasileiros concordaram com a afirmação de que crianças com deficiência devem frequentar a mesma sala de aula do que outras crianças. O posicionamento dos diferentes grupos indica, apenas, que entrevistados que cursaram o ensino superior estão de acordo em maior proporção do que aqueles que frequentaram o Ensino Fundamental I.

4) Escolas militarizadas e problemas das escolas

Pauta remanescente da agenda educacional do país na década de 1990, a militarização das escolas ganhou nova projeção ao ser assumida como uma das medidas prioritárias da pasta de educação do atual governo federal. Nesse modelo, considera-se que a melhoria da qualidade do ensino estaria, sobremaneira, baseada na imposição da disciplina e da obediência.

Embora a segurança nas escolas seja uma preocupação importante, a maioria dos brasileiros afirma que confia mais em docentes do que em militares para atuar nas escolas. Para a população, a ausência de investimentos nas escolas públicas, os baixos salários e a desvalorização docente seriam os principais gargalos da educação - enquanto fatores como a falta de disciplina das/os estudantes e qualidade das professoras/es, por exemplo, figuram entre os menos citados.

4.1) Militarização da escola pública

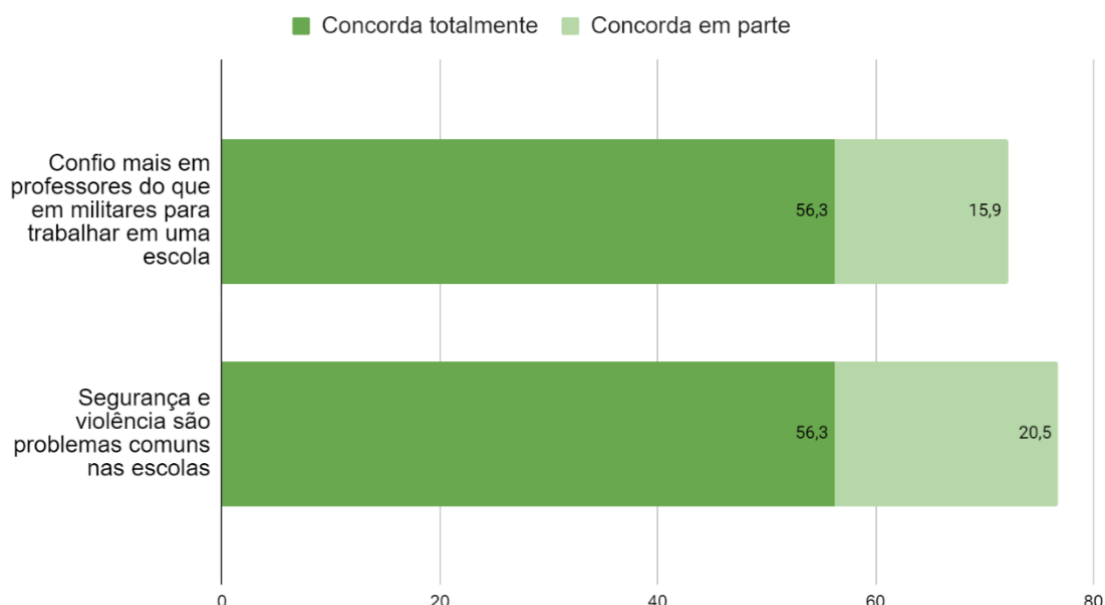


Você já ouviu falar em militarização da escola pública, isto é, quando militares assumem cargos administrativos e pedagógicos nas escolas públicas? Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre esse assunto

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Bem informado	304	14,5	14,5	14,5
	Mais ou menos informado	609	29,1	29,1	43,7
	Mal informado	232	11,1	11,1	54,8
	Não ouviu falar	946	45,2	45,2	100,0
	Total	2090	100,0	100,0	

O tema da militarização da escola pública também foi tratado pela pesquisa. O assunto conta com grau razoável de conhecimento por parte dos entrevistados. Os que responderam que estão bem informados ou mais ou menos informados somou 44%.

Entre os subgrupos, os homens estão, proporcionalmente, mais bem informados do que as mulheres, assim como pessoas com renda familiar acima de cinco salários mínimos e que chegaram a cursar o ensino superior.



Confio mais em professores do que em militares para trabalhar em uma escola

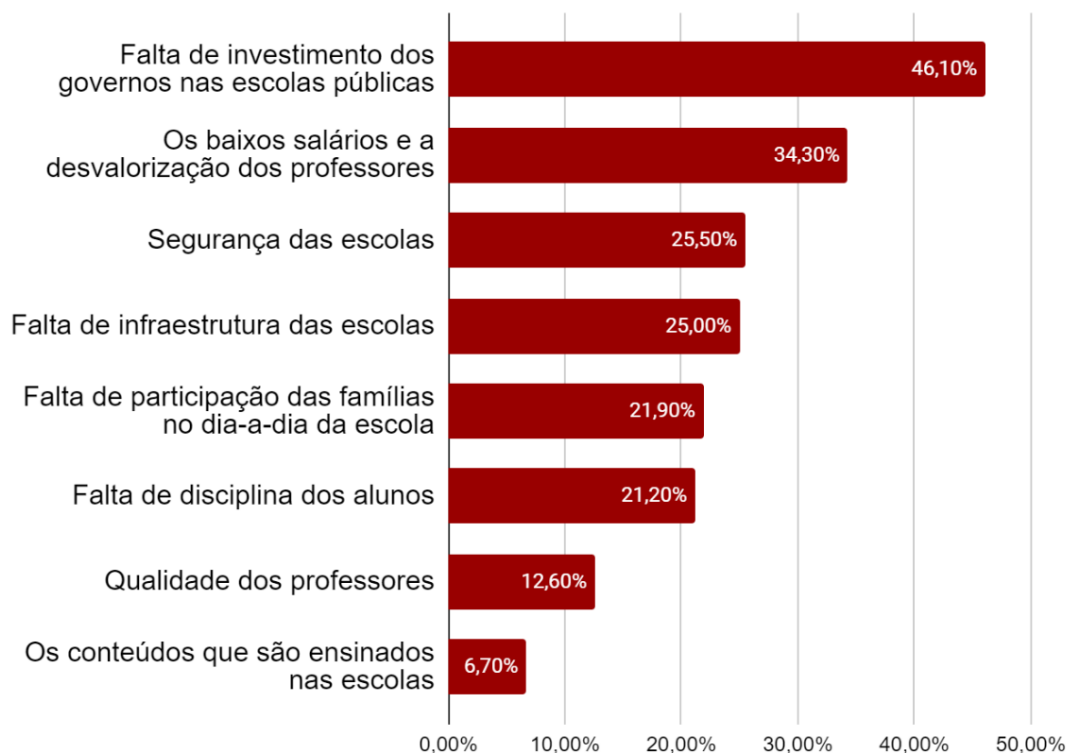
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1176	56,3	57,5	57,5
	Concorda em parte	333	15,9	16,3	73,8
	Não concorda e nem discorda	64	3,0	3,1	76,9
	Discorda em parte	211	10,1	10,3	87,2
	Discorda totalmente	262	12,6	12,8	100,0
	Total	2046	97,9	100,0	
Omisso	Não sabe	44	2,1		
Total		2090	100,0		

Quando perguntados sobre em quem confiar para trabalhar em uma escola, os respondentes demonstraram, em grande número (72%), acreditar mais nos professores do que nos militares. Nesse caso, não houve variação significativa de resposta entre os segmentos analisados.

4.2) Problemas das escolas

A pesquisa perguntou aos entrevistados quais seriam os dois principais problemas da escola pública no Brasil hoje. Abaixo, encontra-se a tabela com a soma das duas respostas.

Principais problemas da escola pública (resposta múltipla)



Principais problemas da escola pública no Brasil hoje (estimulada, duas opções)

	N	Porcentagem
Não respondeu a segunda	57	2,7%
Falta de investimento dos governos nas escolas públicas	963	46,1%
Os baixos salários e a desvalorização dos professores	716	34,3%
Falta de infraestrutura das escolas	522	25,0%
Falta de disciplina dos alunos	442	21,2%
Qualidade dos professores	263	12,6%
Segurança das escolas	533	25,5%
Os conteúdos que são ensinados nas escolas	141	6,7%
Falta de participação das famílias no dia-a-dia da escola	459	21,9%
Nenhum	21	1,0%
Não sabe	63	3,0%
Total	4180	200,0%

Como é possível observar, as duas respostas com os maiores números de menções foram a falta de investimento dos governos e os baixos salários e a desvalorização dos professores. É importante destacar que apenas 7% dos brasileiros julgaram que um dos principais problemas da escola pública seja o conteúdo ensinado nas salas de aula.

Segurança e violência são problemas comuns nas escolas

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1177	56,3	57,1	57,1
	Concorda em parte	429	20,5	20,8	78,0
	Não concorda e nem discorda	16	,7	,8	78,7
	Discorda em parte	159	7,6	7,7	86,4
	Discorda totalmente	280	13,4	13,6	100,0
	Total	2060	98,6	100,0	
Omisso	Não sabe	30	1,4		
Total		2090	100,0		

Por fim, a pesquisa buscou saber o grau de concordância com a afirmação de que segurança e violência são problemas comuns nas escolas. De acordo com os dados, 77% concordaram com essa assertiva.

A análise dos subgrupos mostra que pessoas com maior nível de escolaridade e em municípios mais populosos concordam, em maior proporção, com a afirmação. Pessoas com renda familiar acima de cinco salários mínimos também mostraram maior concordância em relação a indivíduos com renda familiar de até dois salários mínimos.

5) Relações raciais e respeito às crenças religiosas nas escolas

A lei que garante cotas sociais e raciais nas universidades federais completa 10 anos em 2022, avaliada como uma medida bem sucedida para a democratização do ensino superior. Em 2016, a lei 13.409 alterou a Lei de Cotas estabelecendo uma sub-cota para estudantes com deficiências. Nesse marco dos debates sobre a avaliação da Lei de Cotas, a Ação Educativa e o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da UFRJ realizaram uma outra pesquisa que trata do balanço da implementação da Lei de Cotas, considerando a diversificação promovida no perfil de estudantes das instituições de ensino superior, mudanças no currículo e a maior presença de iniciativas antirracistas nas universidades. A pesquisa revelou que a resistência às cotas diminuiu nas universidades e que mesmo nos cursos mais seletivos elas têm contribuído para a mudança do perfil do alunado. Elas têm gerado não somente a inclusão de população negra, indígena e de pessoas com deficiência, mas mudanças na agenda da pesquisa e do currículo dos cursos do ensino superior.

Já a implementação do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, estabelecido na LDB por meio das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, ainda enfrenta desafios.

A pesquisa feita com o Instituto Datafolha revela que a maioria dos entrevistados é favorável às cotas raciais. A abordagem das questões raciais nas escolas tem grande apoio entre a população. De cada dez entrevistados, nove concordam que a discriminação racial deve ser debatida pelos professores nas escolas. Um índice ainda maior defende que a escola deve ser um ambiente de tolerância religiosa, inclusive para adeptos de religiões de matriz africana (candomblé, umbanda etc) e para aqueles que não professam religiões, pessoas que sofrem em muitas escolas racismo religioso e outras discriminações, acirrados pelo fortalecimento de grupos ultraconservadores no país.

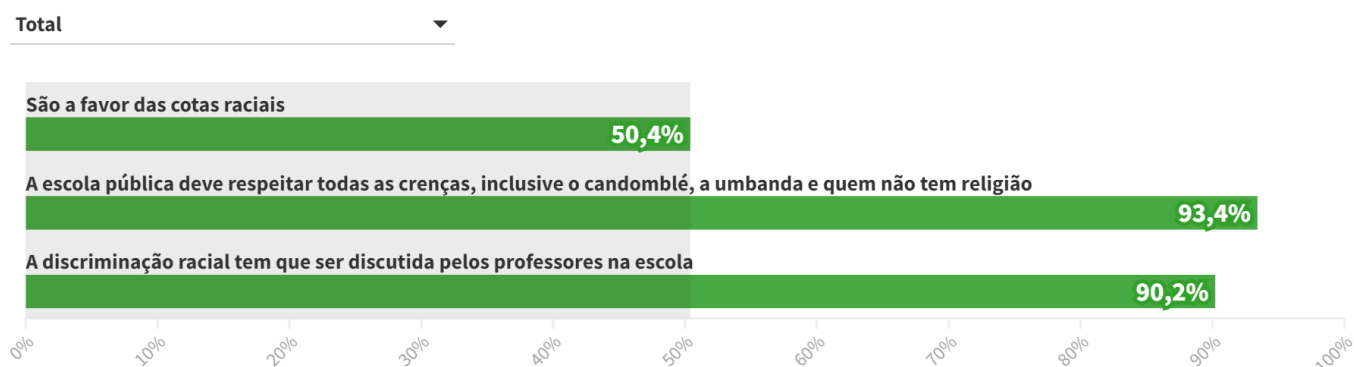
Saiba mais: [Avaliação da Lei de Cotas](#)

5.1) Diversidade e discriminação nas escolas

A pesquisa perguntou aos entrevistados quais seriam os dois principais problemas da escola pública no Brasil hoje. Abaixo, encontra-se a tabela com a soma das duas respostas.

Enfrentando o racismo

Ideia de cotas tem resistências, mas discriminação é um tema que preocupa



A discriminação racial tem que ser discutida pelos professores na escola

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1687	80,7	81,4	81,4
	Concorda em parte	198	9,5	9,6	91,0
	Não concorda e nem discorda	6	,3	,3	91,3
	Discorda em parte	62	3,0	3,0	94,3
	Discorda totalmente	119	5,7	5,7	100,0
	Total	2072	99,1	100,0	
Omisso	Não sabe	18	,9		
Total		2090	100,0		

A escola pública deve respeitar todas as crenças religiosas, inclusive o candomblé, a umbanda e as pessoas que não têm religião

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1807	86,5	86,9	86,9
	Concorda em parte	145	6,9	7,0	93,9
	Não concorda e nem discorda	8	,4	,4	94,2
	Discorda em parte	50	2,4	2,4	96,6
	Discorda totalmente	70	3,4	3,4	100,0
	Total	2080	99,5	100,0	
Omisso	Não sabe	10	,5		
Total		2090	100,0		

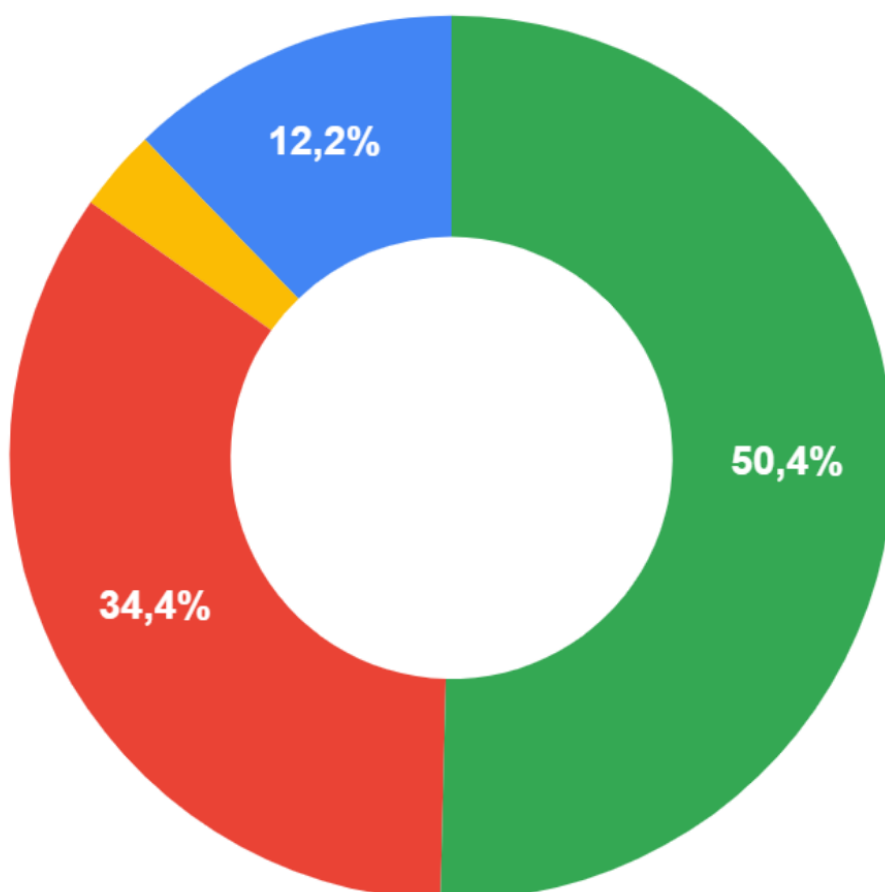
Mais de 90% dos brasileiros mostraram concordar com as afirmações de que a discriminação racial deve ser discutida pelos professores e que a escola pública deve respeitar todas as crenças religiosas, assim como a opção daqueles que não possuem religião.

Entre os segmentos observados, pessoas com mais de 60 anos mostraram concordar, em menor proporção, com a afirmação de que a discriminação racial deve ser discutida pelos professores, do que os estratos mais jovens.

Já com relação à diversidade religiosa, pessoas que frequentaram o ensino superior e com renda familiar acima de cinco salários mínimos apresentaram maior grau de concordância com relação à afirmação mencionada.

5.2) Adoção de cotas raciais

● A favor ● Contra ● Indiferente ● Não sabe



Agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. Você é a favor ou contra: - A adoção de cotas raciais

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	A favor	1054	50,4	50,4	50,4
	Contra	719	34,4	34,4	84,8
	Indiferente	62	3,0	3,0	87,8
	Não sabe	256	12,2	12,2	100,0
	Total	2090	100,0	100,0	

A pesquisa mostra que 50% dos brasileiros eram a favor da adoção de cotas raciais, enquanto 34%, contra. Com relação aos subgrupos observados, as pessoas mais jovens e que cursaram o ensino superior foram mais favoráveis à adoção de cotas raciais.

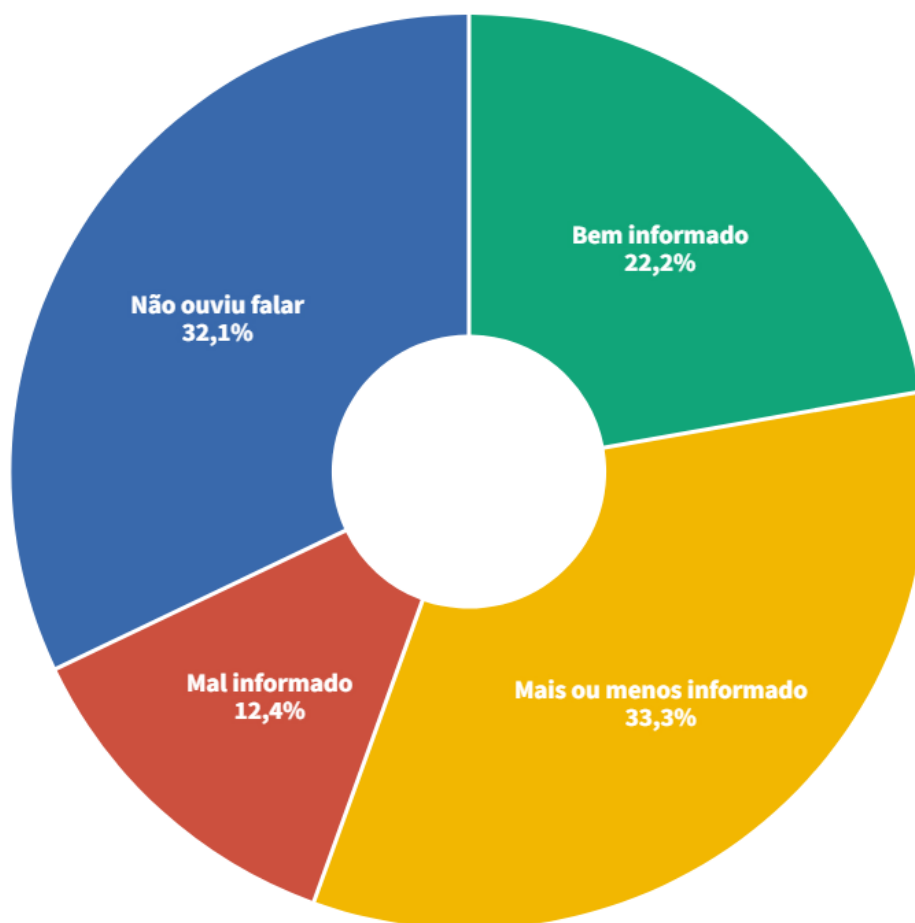
6) Gênero e sexualidade

O termo “ideologia de gênero” foi criado no âmbito da Igreja Católica como reação aos avanços obtidos por movimentos de mulheres nas Conferências da ONU de População do Cairo (1994) e dos Direitos da Mulher (1995), em especial, aos direitos sexuais e reprodutivos. Desde então, é usado para tentar coibir debates sobre as desigualdades entre homens e mulheres e sobre direitos da população LGBTQIA+.

Durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005/2014) e dos planos estaduais e municipais, houve um forte ataque à inclusão explícita das questões de igualdade de gênero, raça e sexualidade entre as metas e estratégias desses planos. No entanto, a abordagem de gênero, raça e sexualidade na educação tem consistente base legal na Constituição Brasileira, em diversas leis e nas normativas internacionais de direitos humanos. Leis que buscavam censurar essa abordagem foram consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal em 2020.

A pesquisa mostra um largo apoio da população à abordagem da igualdade de gênero e da educação sexual, que se torna ainda maior quando esse tema se aproxima de questões do cotidiano, como o enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes e a violência contra mulheres.

6.1) Ideologia de gênero



Você já ouviu falar em ideologia de gênero? Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre esse assunto?

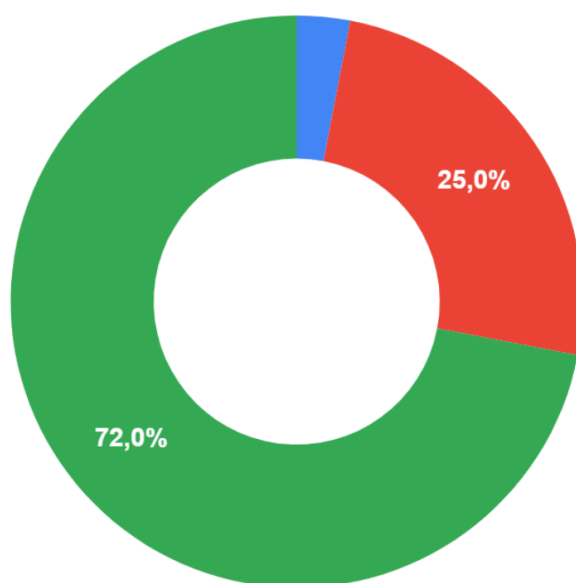
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Bem informado	463	22,2	22,2	22,2
	Mais ou menos informado	697	33,3	33,3	55,5
	Mal informado	260	12,4	12,4	67,9
	Não ouviu falar	670	32,1	32,1	100,0
	Total	2090	100,0	100,0	

Iniciamos pelo nível de informação sobre o termo “ideologia de gênero”. Como é possível observar na tabela, a expressão conta com razoável grau de conhecimento. Somando aqueles que estão “bem informados” e “mais ou menos informados”, tem-se 56% dos entrevistados.

Ao analisar os cruzamentos pelas variáveis mencionadas, é possível observar que homens, evangélicos, pessoas com maior nível de escolaridade e de renda, e que vivem em cidades com mais de 500 mil habitantes estão mais bem informados sobre o tema. Pessoas mais velhas, por sua vez, mostram ter menos conhecimento sobre o assunto.

6.2) Educação sexual e desigualdade de gênero nas escolas

● Não sabe ● Não deve abordar ● Deve abordar



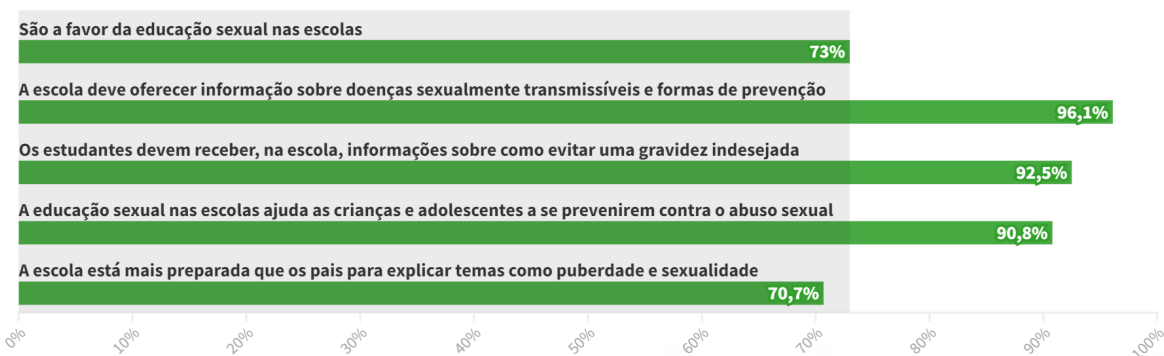
Na sua opinião, a educação sexual deve ou não ser abordada nas escolas?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Ed. Sex. deve ser abordada	1522	72,8	74,8	74,8
	Ed. Sex. não deve ser abordada	514	24,6	25,2	100,0
	Total	2036	97,4	100,0	
Omisso	NÃO SABE	54	2,6		
Total		2090	100,0		

O que é educação sexual?

Mesmo pais contrários à educação sexual querem ajuda contra abuso, DSTs e gravidez

Total



Quando perguntados sobre o ensino de educação sexual nas escolas de maneira abstrata, 73% dos entrevistados afirmaram serem favoráveis. Quando indagados a partir de qual idade isso deve acontecer, os respondentes indicaram, em média, 11 anos e meio, com um desvio aproximado de três anos (entre 8,5 e 14,5 anos).

Analisando a diferença entre os grupos, observa-se que pessoas mais jovens e com maior renda e escolaridade tendem a aprovar o ensino de educação sexual em maior proporção.

A escola deve oferecer informação sobre doenças sexualmente transmissíveis e formas de prevenção dessas doenças

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1858	88,9	89,2	89,2
	Concorda em parte	150	7,2	7,2	96,4
	Não concorda e nem discorda	3	,1	,1	96,6
	Discorda em parte	26	1,2	1,2	97,8
	Discorda totalmente	46	2,2	2,2	100,0
	Total	2082	99,6	100,0	
Omisso	Não sabe	8	,4		
Total		2090	100,0		

Os estudantes devem receber, na escola, informações sobre como evitar uma gravidez indesejada

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1761	84,3	84,6	84,6
	Concorda em parte	172	8,2	8,3	92,9
	Não concorda e nem discorda	8	,4	,4	93,3
	Discorda em parte	45	2,1	2,2	95,4
	Discorda totalmente	95	4,6	4,6	100,0
	Total	2081	99,6	100,0	
Omisso	Não sabe	9	,4		
Total		2090	100,0		

A educação sexual nas escolas ajuda as crianças e adolescentes a se prevenirem contra o abuso sexual

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1651	79,0	79,5	79,5
	Concorda em parte	246	11,8	11,8	91,4
	Não concorda e nem discorda	6	,3	,3	91,7
	Discorda em parte	70	3,3	3,4	95,0
	Discorda totalmente	103	4,9	5,0	100,0
	Total	2076	99,3	100,0	
Omisso	Não sabe	14	,7		
Total		2090	100,0		

A escola está mais preparada que os pais para explicar temas como puberdade e sexualidade

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	976	46,7	47,2	47,2
	Concorda em parte	502	24,0	24,3	71,5
	Não concorda e nem discorda	27	1,3	1,3	72,8
	Discorda em parte	234	11,2	11,3	84,2
	Discorda totalmente	327	15,7	15,8	100,0
	Total	2066	98,9	100,0	
Omisso	Não sabe	24	1,1		
Total		2090	100,0		

Desigualdade de gênero na sala de aula

Tarefas domésticas e punir violência contra mulheres são temas de maior consenso

Total

Os estudantes devem receber, na escola, informações sobre as leis que punem a violência contra as mulheres

96,3%

As escolas precisam ensinar os meninos a dividirem com as meninas e mulheres as tarefas da casa

92,9%

É importante que a escola discuta as desigualdades entre homens e mulheres

87,7%

Escolas devem promover o direito das pessoas viverem livremente sua sexualidade, sejam heterossexuais ou LGBTs

80,6%



Os estudantes devem receber, na escola, informações sobre as leis que punem a violência contra as mulheres

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1907	91,3	91,7	91,7
	Concorda em parte	104	5,0	5,0	96,7
	Discorda em parte	29	1,4	1,4	98,1
	Discorda totalmente	40	1,9	1,9	100,0
	Total	2080	99,5	100,0	
Omisso	Não sabe	10	,5		
Total		2090	100,0		

É importante que a escola discuta as desigualdades entre homens e mulheres

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1569	75,1	76,0	76,0
	Concorda em parte	263	12,6	12,7	88,7
	Não concorda e nem discorda	3	,2	,2	88,9
	Discorda em parte	79	3,8	3,8	92,7
	Discorda totalmente	151	7,2	7,3	100,0
	Total	2066	98,8	100,0	
Omisso	Não sabe	24	1,2		
Total		2090	100,0		

As escolas devem promover o direito das pessoas viverem livremente sua sexualidade, sejam elas heterossexuais ou LGBTs

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1373	65,7	66,8	66,8
	Concorda em parte	311	14,9	15,1	81,9
	Não concorda e nem discorda	19	,9	,9	82,8
	Discorda em parte	108	5,2	5,3	88,1
	Discorda totalmente	245	11,7	11,9	100,0
	Total	2055	98,3	100,0	
Omisso	Não sabe	35	1,7		
Total		2090	100,0		

As escolas precisam ensinar os meninos a dividirem com as meninas e mulheres as tarefas da casa

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1728	82,7	83,0	83,0
	Concorda em parte	213	10,2	10,2	93,2
	Não concorda e nem discorda	10	,5	,5	93,7
	Discorda em parte	37	1,8	1,8	95,5
	Discorda totalmente	93	4,5	4,5	100,0
	Total	2082	99,6	100,0	
Omisso	Não sabe	8	,4		
Total		2090	100,0		

No entanto, quando confrontados com temas concretos e ligados à sexualidade como “questão de saúde”, os entrevistados declararam apoio em grande número. Mais de 90%, por exemplo, concordou que a escola deve fornecer informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, sobre como evitar uma gravidez indesejada e sobre a prevenção ao abuso sexual.

Os respondentes também demonstraram ampla adesão à atuação da escola no combate à desigualdade de gênero, fornecendo informações sobre leis que punem a violência contra as mulheres e ensinando meninos a dividirem as tarefas domésticas com as meninas.

Dada a ampla concordância, as divergências entre os subgrupos não se mostraram muito relevantes. No entanto, é possível observar que o nível de escolaridade e a faixa etária dos entrevistados apresentaram impactos mais frequentes.

Pessoas que chegaram a cursar o nível superior mostraram maior proporção de concordância com a afirmação de que a escola deve informar sobre como evitar uma gravidez indesejada. Já entrevistados que frequentaram apenas o Ensino Fundamental I concordaram, em menor proporção, que a educação sexual ajuda a prevenir contra abusos, que os estudantes devem receber informações sobre leis que punem a violência contra as mulheres e que as escolas devem discutir a desigualdade entre homens e mulheres e promover o direito das pessoas viverem livremente a sua sexualidade.

Os respondentes mais jovens mostraram concordar, em maior proporção, que a educação sexual contribui na prevenção de abusos e que a escola deve promover o direito das pessoas viverem livremente a sua sexualidade. Os entrevistados com mais de 60 anos concordaram em menor porcentagem com as afirmações de que os estudantes devem receber informações sobre leis que punam a violência contra as mulheres e que a escola deve discutir a desigualdade de gênero.

Por fim, mulheres concordaram em maior proporção do que homens com a afirmação de que a escola está mais preparada para explicar temas como a puberdade e a sexualidade. Já os evangélicos concordaram menos com a ideia de que a escola deve promover o direito das pessoas viverem livremente a sua sexualidade.

6.3) Posicionamento sobre questões gerais

Agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. Você é a favor ou contra: - O casamento civil de pessoas do mesmo sexo

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	A favor	1132	54,2	55,2	55,2
	Contra	779	37,3	38,0	93,2
	Indiferente	140	6,7	6,8	100,0
	Total	2051	98,1	100,0	
Omisso	Não sabe	39	1,9		
Total		2090	100,0		

Agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. Você é a favor ou contra: - A adoção de criança por um casal gay

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	A favor	1305	62,5	64,0	64,0
	Contra	657	31,4	32,2	96,2
	Indiferente	78	3,7	3,8	100,0
	Total	2040	97,6	100,0	
Omisso	Não sabe	50	2,4		
Total		2090	100,0		

Agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. Você é a favor ou contra: - A prisão de mulheres que interrompam a gravidez

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Contra	1204	57,6	59,7	59,7
	A favor	709	33,9	35,2	94,9
	Indiferente	103	4,9	5,1	100,0
	Total	2016	96,5	100,0	
Omisso	Não sabe	74	3,5		
Total		2090	100,0		

A pesquisa revela que a maioria dos brasileiros é a favor do casamento civil de pessoas do mesmo sexo, da adoção de crianças por um casal gay, e contra a prisão de mulheres que interrompam a gravidez.

Observando o posicionamento dos subgrupos, é possível encontrar um padrão. Pessoas mais jovens, mulheres, com maior renda e com maior escolaridade mostraram-se favoráveis, em maior proporção, ao casamento civil de pessoas do mesmo sexo e à adoção de crianças por um casal gay. Evangélicos foram menos favoráveis em ambos os casos.

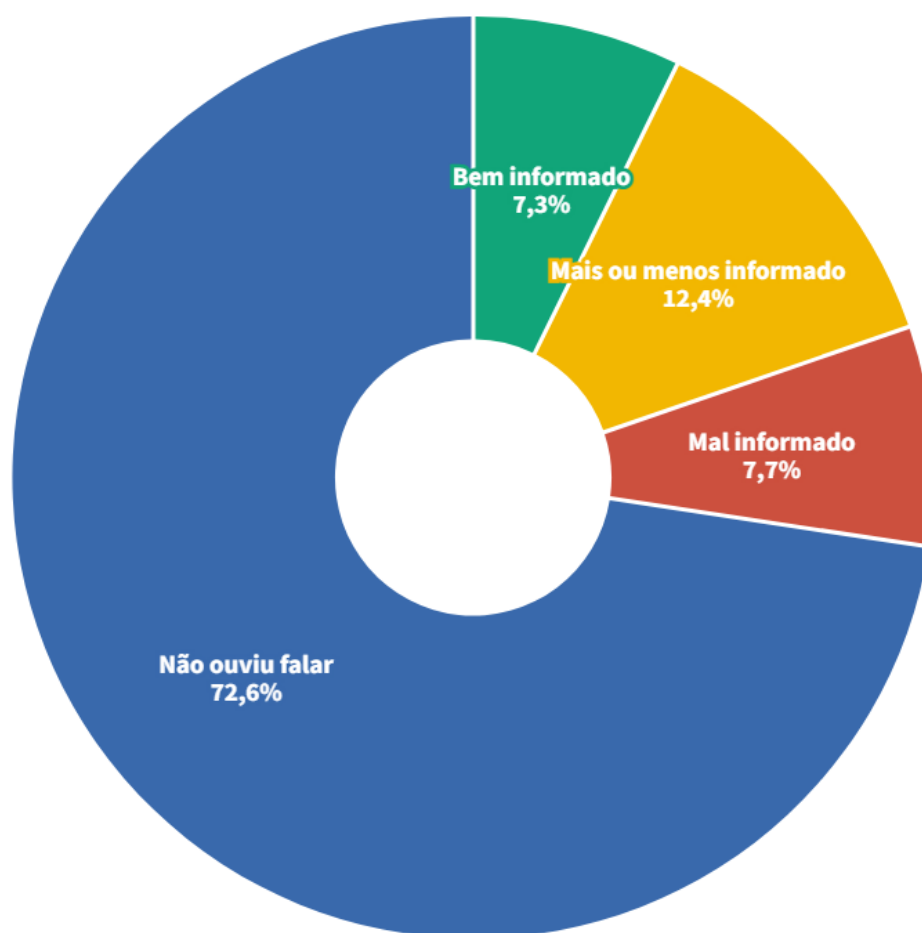
7) Política e direitos nas escolas

O Movimento Escola sem Partido inspirou mais de uma centena de projetos de lei municipais, estaduais e federais que visavam proibir a “doutrinação ideológica” em escolas. Leis desse tipo (e as que visavam proibir a abordagem de gênero) foram consideradas inconstitucionais pelo STF em 2020, mas o efeito de perseguição e autocensura continua sendo sentido.

A pesquisa mostra que, embora a ideia de que professores falem de política na sala de aula divida opiniões, a grande maioria das pessoas concorda que a escola deve discutir temas políticos na escola como as desigualdades, pobreza e os direitos dos estudantes.

Saiba mais: [Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas](#)

7.1) Movimento Escola sem Partido



Você já ouviu falar no Movimento Escola sem partido? Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre esse assunto?

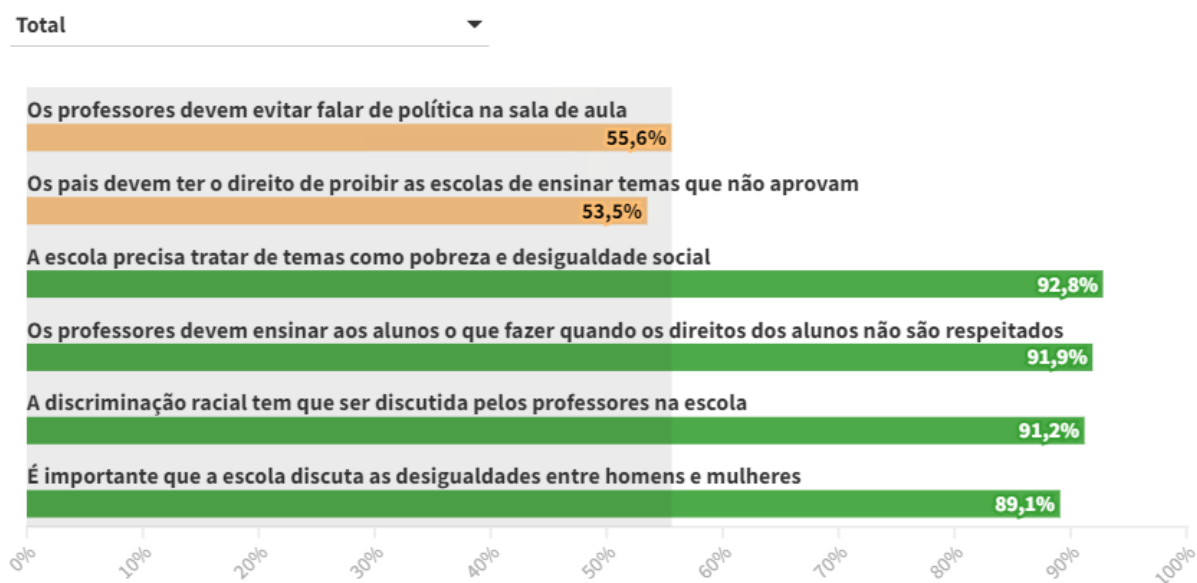
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Bem informado	152	7,3	7,3	7,3
	Mais ou menos informado	260	12,4	12,4	19,7
	Mal informado	160	7,7	7,7	27,4
	Não ouviu falar	1517	72,6	72,6	100,0
	Total	2090	100,0	100,0	

O Movimento Escola sem Partido não é muito conhecido dos brasileiros. Cerca de 80% dos entrevistados afirmaram nunca ter ouvido falar ou estar mal informado sobre o grupo. A análise cruzada mostra que homens, pessoas que cursaram o ensino superior e com renda familiar acima de cinco salários mínimos estão, proporcionalmente, mais bem informados do que os outros segmentos.

7.2) Política e direitos

O que é falar de política em sala de aula?

Temas políticos concretos têm mais consenso do que "política" no abstrato



Os professores devem evitar falar de política na sala de aula

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	871	41,7	41,8	41,8
	Concorda em parte	291	13,9	14,0	55,8
	Não concorda e nem discorda	19	,9	,9	56,7
	Discorda em parte	276	13,2	13,3	70,0
	Discorda totalmente	625	29,9	30,0	100,0
	Total	2081	99,6	100,0	
Omisso	Não sabe	9	,4		
Total		2090	100,0		

Os pais devem ter o direito de proibir as escolas de ensinar temas que não aprovam

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	722	34,5	35,1	35,1
	Concorda em parte	397	19,0	19,3	54,4
	Não concorda e nem discorda	35	1,7	1,7	56,1
	Discorda em parte	294	14,0	14,3	70,4
	Discorda totalmente	609	29,1	29,6	100,0
	Total	2055	98,3	100,0	
Omisso	Não sabe	35	1,7		
Total		2090	100,0		

Os dados mostram que a maioria dos entrevistados concordou com as afirmações abstratas de que os professores devem evitar falar de política na sala de aula e que os pais devem ter o direito de proibir as escolas de ensinarem temas que não aprovam.

Sobre a primeira afirmação, não houve variação entre os diferentes segmentos analisados. Com relação à segunda, quanto maior a faixa etária, maior a proporção de concordância. De maneira oposta, o nível de concordância é menor entre os que frequentaram o ensino superior.

A escola precisa tratar de temas como pobreza e desigualdade social com os alunos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1733	82,9	83,3	83,3
	Concorda em parte	208	9,9	10,0	93,3
	Não concorda e nem discorda	3	,2	,2	93,5
	Discorda em parte	47	2,2	2,3	95,7
	Discorda totalmente	89	4,2	4,3	100,0
	Total	2080	99,5	100,0	
Omisso	Não sabe	10	,5		
Total		2090	100,0		

Os professores devem ensinar aos alunos o que fazer quando os direitos dos alunos não são respeitados

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda totalmente	1619	77,4	78,0	78,0
	Concorda em parte	304	14,5	14,6	92,6
	Não concorda e nem discorda	12	,6	,6	93,2
	Discorda em parte	70	3,3	3,4	96,5
	Discorda totalmente	72	3,4	3,5	100,0
	Total	2076	99,3	100,0	
Omisso	Não sabe	14	,7		
Total		2090	100,0		

A sondagem aponta, porém, alto grau de concordância dos entrevistados, acima de 90%, com as afirmações de que a escola deve discutir temas políticos concretos, como pobreza e desigualdade e direitos dos alunos, indicando a mesma contradição encontrada anteriormente.

Observando o nível de concordância entre os subgrupos, é possível verificar que as pessoas com mais de 60 anos concordaram em menor proporção com as afirmações do que os extratos mais jovens. Já os que cursaram o ensino superior estão de acordo, em maior proporção, com a afirmação de que os professores devem ensinar aos alunos o que fazer quando seus direitos não são respeitados, do que os entrevistados que frequentaram apenas o Ensino Fundamental I.

PESQUISA EDUCAÇÃO, VALORES E DIREITOS

Coordenação: Denise Carreira (Ação Educativa); Maria Helena Altenfelder e Romualdo Portela de Oliveira (Cenpec).

Estudo Quanti (Cesop/Unicamp): Oswaldo do Amaral (coord.); Carolina Botelho (coordenadora assistente); Géssica Freitas e Otávio Catelano (estagiários).

Estudo Quali (Plano CDE): Maurício de Almeida Prado (diretor executivo); Breno Barlach (diretor de pesquisa); Isadora Castanhedi (gerente de projetos); Pesquisadores de campo: Sara Azevedo, Fábio Keinert, Camila Antonino, Carlyle Martins e Florbela Ribeiro.

Consultor técnico: Wagner Santana

Oficina de desenho da pesquisa (3/9/2021): Adércia Hostin (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - Contee); Amanda Vieira (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE); Bárbara Lopes (Ação Educativa); Beatriz Soares (Instituto Alana); Benilda Brito (Nzinga e Rede de Ativistas pela Educação do Fundo Malala); Denise Carreira (Ação Educativa e Rede de Ativistas pela Educação do Fundo Malala); Eliad Dias dos Santos (Evangélicas pela Igualdade de Gênero e Projeto Casa na Luz); Eliane Maio (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Diversidade Sexual/Universidade Estadual de Maringá); Fernanda Meira (Cendhec); Fernanda Moura (Observatório da Laicidade na Educação e Professores contra o Escola sem Partido); Gustavo Paiva (Instituto Alana); Ingrid Leão (Cladem); João Marcos (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped); Julia Daher (Ação Educativa e Plataforma Dhesca); Leandro Madureira (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes-SN); Ligia Ziggiotti (Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos LGBTI - ANAJUDH LGBTI); Liz Ramos (Centro de Cultura Luiz Freire, Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Rede de Ativistas pela Educação do Fundo Malala); Lucia Udemzue (Ação Educativa); Marcelle Matias (Ação Educativa); Maria Alice Setubal (Cenpec/Fundação Tide Setúbal); Maria Claudia Vieira Fernandes (EMEI Monteiro Lobato/SP); Maria Luiza Sussekind (Anped); Maria Teresa Citeli (Católicas pelo Direito de Decidir); Mariana Almeida (Fundação Tide Setúbal); Natacha Costa (Cidade Escola Aprendiz); Rafael Kirchoff (ANAJUDH LGBTI); Regina Jurkewicz (Católicas pelo Direito de Decidir); Renata Aquino (Professores contra o Escola sem Partido); Roberta Tasseli (Cidade Escola Aprendiz); Romi Bencke (Conselho Nacional de Igrejas); Romualdo Portela de Oliveira (Cenpec e Associação Nacional de Política e Administração da Educação - Anpae); Rogério Junqueira (Inep); Sandra Barwinski (Cladem); Sonia Correa (SPW); Suelaine Carneiro (Geledés e Rede de Ativistas pela Educação do Fundo Malala); Thais Gava (Fundação Carlos Chagas).

Grupo de leitura crítica: Fernanda Moura, Renata Aquino, Salomão Ximenes e Rafael Kirchoff.

Assessoria: Bárbara Lopes (Ação Educativa).

Assistentes: Marcelle Matias (Ação Educativa/Gênero e Educação) e Ana Paula Trevisoli (Cenpec).

Comunicação: Fernanda Ribeiro (coord./Cenpec), Aline Rezende (assessora/Cenpec) e Márcia Coutinho (consultora de comunicação/Cenpec); Juliane Cintra (coord./Ação Educativa), Raquel Luanda (assessora/Ação Educativa), Janaina Uemura (assessora/Ação Educativa) e Mariana Nepomuceno (Agência Galo/Ação Educativa).

Produção de gráficos: Marcelo Soares

Diagramação do relatório: Gledson Neix

Cofinanciamento: Fundo Malala

Parceria: Articulação em Defesa do Direito à Educação e contra a Censura nas Escolas

Agosto de 2022

